



# INDIGENOUS SUMMIT JUST TRANSITION

**Indigenous Peoples' Perspectives,  
Knowledge, and Lived Experiences**

OCTOBER 8 -10, 2024 GENEVA, SWITZERLAND

**Transição Justa: Perspectivas, Conhecimentos e Experiências dos Povos Indígenas  
8-10 de outubro de 2024  
Genebra, Suíça**

## **Princípios e Protocolos dos Povos Indígenas para a Transição Justa**

### **I. INTRODUÇÃO**

De 8 a 10 de outubro de 2024, 95 representantes dos Povos Indígenas de todas as 7 regiões socioculturais do mundo se reuniram em Genebra, Suíça, para Encontro sobre Perspectivas, Conhecimentos e Experiências Vividas dos Povos Indígenas na Transição Justa. Desse encontro produzimos esta Declaração:

Nós, como Povos Indígenas, nascemos e vivemos em nossas terras, águas e territórios ancestrais, abençoados/as pelo/a Grande Criador ou Criadora, de forma sagrada e espiritual. Nós pertencemos à nossa Mãe Terra, e ela pertence a nós, assim como uma mãe e seu filho pertencem um ao outro. Nós somos a Terra, e a Terra é nós. Era a intenção do/a Criador/a que vivêssemos nestas terras abençoadas para sempre. Nós permanecemos.

Vivemos nossas vidas de acordo com as maneiras prescritas pelo/pela Criador/Criadora desde tempos imemoriais, até que nossos mundos indígenas foram destruídos por potências coloniais e imperialistas intrusas que reivindicaram nossas terras, territórios e recursos, submetendo-nos a uma devastação inimaginável. Fomos assassinados, violentados, escravizados, saqueados, criminalizados, deslocados e gerações de nossos parentes foram roubadas, e nossas terras e territórios foram militarizados. Nós ainda estamos aqui.

Nós, como Povos Indígenas, entendemos que a intenção do/da Criador/Criadora é a lei suprema, que supera as leis feitas pelo homem. Mantemos, com justiça, nossa pertença às nossas terras ancestrais. Somos resolutos em nossos direitos inerentes de saber tudo o que está sendo contemplado para nossas terras; mantemos a autoridade de determinar tudo o que deve ocorrer em, com, sobre e dentro de nossas terras e territórios. Não aceitamos nada sobre nós, sem nós.

Durante o Encontro, compartilhamos conhecimentos, experiências vividas, preocupações e lutas relacionadas à imposição em nossas terras de projetos de desenvolvimento promovidos por Estados e corporações como “energia verde/limpa”, apoiando a transição para uma “economia verde” e a mitigação das mudanças climáticas. No entanto, isso inclui a mineração e extração de minerais de “transição” e outros recursos buscados, que deslocam os Povos Indígenas e contaminam nossas terras, ar, gelo e águas, onde os Povos Indígenas não conseguem mais viver ou coletar alimentos devido a essa nova forma de apropriação de terras e águas em nome de investimentos e conservação.

Afirmamos que essas atividades realizadas em territórios indígenas sem o consentimento livre, prévio e informado e de boa fé violam nossos direitos inerentes e reconhecido, e não constituem uma transição, mas sim uma forma de genocídio moderno contra nossas visões de mundo, modos de vida e sistemas de governança territorial.

Também observamos soluções e boas práticas, baseadas em nosso próprio conhecimento, ciências, tecnologias, experiências vividas e práticas testadas pelo tempo, para a restauração da produção sustentável de alimentos e do solo, proteção dos ecossistemas e uma verdadeira e equitativa transição justa, distinta dos modelos baseados em imposição, extrativismo e colonialismo.

Como Povos Indígenas, afirmamos que o conceito de transição justa, como atualmente é apresentado, não é verdadeiro, pois implica iniciativas e propostas impulsionadas por corporações transnacionais e Estados para implementar e consolidar o modelo econômico de livre mercado, o neoliberalismo, e aprofunda as desigualdades do sistema capitalista. Isso leva ao genocídio e ecocídio, pois os Estados e as corporações falham em garantir o respeito à Mãe Terra e aos direitos dos Povos Indígenas.

Para os Povos Indígenas, uma transição justa significa exercer nossas próprias formas de governança territorial de acordo com nossas tradições e modos de vida.

Ressaltamos que continuamos a ser afetados pelos níveis atuais e crescentes da queima combustíveis fósseis e o neo-extrativismo, que, juntamente com os chamados projetos de energia "verde" ou "limpa", criam um impacto duplo sobre os Povos Indígenas.

Reconhecemos a necessidade urgente de afirmar as visões e definições dos Povos Indígenas e de desenvolver princípios e protocolos, bem como planos e meios de ação, a fim de enfrentar essas ameaças e contribuir de maneira positiva para discussões, programas e ações em todos os níveis para a sustentabilidade ambiental, proteção dos ecossistemas e biodiversidade, e a prevenção e mitigação das mudanças climáticas.

## II. A VISÃO DOS POVOS INDÍGENAS E O SIGNIFICADO DE TRANSIÇÃO JUSTA

### **Visão:**

Como Povos Indígenas das 7 regiões socioculturais, nossa visão é a seguinte:

Desenvolver princípios e protocolos para guiar o mundo na cura das múltiplas crises planetárias que enfrentamos, para viver em harmonia com o *Mundo Natural*, e—

Garantir que nosso papel e responsabilidade inerentes, divinamente assinalados para nós os Povos Indígenas, de proteger a saúde espiritual, cultural, social e econômica de nossas regiões e de todos os recursos—desde o ventre da Mãe Terra até as Estrelas—sejam respeitados e apoiados por meio de nossas próprias vozes.

### **Significado de Transição Justa:**

Para os Povos Indígenas, uma transição justa significa exercer a auto-determinação através de nossas próprias instituições e sistemas de governança com base em nossas tradições e modos de vida. É a restauração do que éramos como um todo, um retorno à totalidade, do ventre de nossa mãe até as estrelas acima de nós que buscamos. É nosso direito cultural de ser quem somos e nosso direito físico de ser saudável, ter uma vida boa e estar seguro em nossas casas e territórios. Mais que uma Transição, buscamos uma Transformação Justa até que tudo o que é sagrado seja restaurado.

Apoiamos a coordenação global, a solidariedade e o compartilhamento de conhecimentos e experiências para informar o ativismo coletivo em prol das soluções dos Povos Indígenas.

Isso melhorará a conservação da biodiversidade, desacelerará e interromperá a desertificação e o derretimento das geleiras, e restaurará terras e águas para a proteção de toda a vida.

Isso também moldará respostas eficazes aos impactos das mudanças climáticas e nos levará à construção de uma transição justa e equitativa que beneficie toda a vida sagrada na Mãe Terra.

Afirmamos que não constituem uma transição justa as atividades que estão sendo propostas ou realizadas em nossas terras, geleiras (povos dos Grande Norte), águas e territórios em nome da transição justa, da economia verde, da energia verde/limpa ou da redução de emissões, sem a obtenção de nosso consentimento livre, prévio, informado, e de boa fé ou que ameacem nossos lugares sagrados, práticas culturais, fontes de alimento dos Povos Indígenas e ecossistemas, ou que de outra forma violam nossos direitos inerentes. Elas são simplesmente uma repaginação dos processos existentes

para permitir que a opressão dos Povos Indígenas continue sem mudança do *status quo*. A "economia verde", em sua implementação atual, ainda é uma forma de colonização. A transição justa deve também se basear em uma transformação radical dos sistemas econômicos atuais, que se baseiam na extração e exploração da natureza, movendo-se em direção a uma visão de mundo dos Povos Indígenas de desenvolvimento econômico, social, educacional e cultural.

Afirmamos que o conceito de transição justa, tal como atualmente é apresentado, envolve iniciativas e propostas impulsionadas por corporações transnacionais e Estados para implementar e consolidar o modelo econômico de livre mercado—o “neoliberalismo”—que aprofunda as desigualdades do sistema capitalista. Isso gera genocídio e ecocídio, à medida que os Estados falham em garantir, e as corporações também se esquivam em respeitar, a Mãe Terra e os direitos dos Povos Indígenas.

Os conceitos de "co-gestão", "co-jurisdição", "gestão conjunta" ou "jurisdição compartilhada" usados nos novos projetos não funcionam como métodos efetivos para proteger nossas terras e ecossistemas, nem para limitar danos. Uma falsa garantia de participação no desenvolvimento de projetos e o compartilhamento de benefícios com os Povos Indígenas em muitos lugares eles são usados para minar nossos direitos inerentes às nossas terras, mares, águas, geleiras, ar e outros recursos, incluindo aqueles reconhecidos e afirmados em tratados e convenções internacionais assinados e firmados antes ou após a independência. Essas novas políticas devem sempre respeitar os direitos dos Povos Indígenas.

### III. PRINCÍPIOS DOS POVOS INDÍGENAS PARA UMA TRANSIÇÃO JUSTA

1. **Direito à Vida:** Isso inclui a integridade física, cultural e espiritual dos Povos Indígenas, garantindo sua existência presente e futura.
2. **Direito à Autodeterminação e Soberania dos Povos Indígenas:** Uma transição justa deve ser baseada no reconhecimento, respeito e plena implementação dos direitos inerentes dos Povos Indígenas, conforme afirmado em instrumentos internacionais, incluindo a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (UNDRIP) e outros, como um padrão mínimo. O direito à Autodeterminação é inerente aos Povos Indígenas e é uma condição prévia para o exercício de todos os outros direitos. Isso inclui, entre outras coisas, o direito ao consentimento livre, prévio e informado (e de boa fé) antes da aprovação de qualquer projeto, o direito de participar nas decisões que afetam nossos direitos, sejam eles direitos culturais, os direitos sobre as terras, águas, ar, geleiras, territórios e recursos tradicionalmente usados, possuídos ou adquiridos, bem como o direito de determinar nossas próprias prioridades para a governança,

desenvolvimento, gestão, proteção e uso de nossas terras, águas, ar, geleiras e recursos tangíveis e intangíveis. Em virtude do direito à Autodeterminação, os Povos Indígenas determinam livremente seu próprio desenvolvimento político, social e econômico, futuro, como também os direitos a uma partilha equitativa de benefícios.

3. **Descolonização:** Para os Povos Indígenas, uma transição justa rejeita a *Doutrina da Descoberta* e a contínua imposição do colonialismo e da exploração de recursos extrativos, soluções falsas, ocupação militar e atividades que ameaçam nossa saúde mental, espiritual, reprodutiva, intergeracional e física, a biodiversidade, os ecossistemas naturais, culturas, valores e nossos parentes vegetais e animais. A transição justa deve ser realizada no contexto da descolonização de nossas terras e modos de vida, levando em consideração todas as maneiras pelas quais os Povos Indígenas sofreram e continuam a sofrer diferentes formas de colonização, genocídio e criação de conflitos, como base para rejeitar soluções falsas e escolhas impostas.
4. **Reparações, Devolução e Restauração Completa de Terras, Territórios, Águas e Biodiversidade:** Uma transição justa deve garantir a devolução de terras, reconhecimento e respeito às terras, territórios e águas dos Povos Indígenas, bem como a proteção de todos os recursos naturais, ecossistemas e outros meios de subsistência dos Povos Indígenas. Isso deve começar com o acesso irrestrito, a restauração, o reconhecimento e o respeito pelos nossos direitos às nossas terras, territórios e águas ancestrais, e outros recursos que foram tomados sem o nosso consentimento durante o processo de colonização e estabelecimento do Estado. Isso também inclui o respeito pela nossa soberania inerente e a plena implementação, sem qualificações, dos nossos direitos, incluindo, mas não se limitando a posse de terras indígenas, economias indígenas, jurisdição, línguas, sistemas alimentares indígenas, saúde, culturas, espiritualidade, responsabilidades para com o mundo natural, biodiversidade, saberes e modos de vida.
5. **Respeito pelos Modos de Vida dos Povos Indígenas:** Uma transição justa deve garantir nossa soberania alimentar, economias indígenas, ciência indígena, tecnologias e inovações, experiências vividas, jurisdição, línguas, culturas, espiritualidade, responsabilidades para com o mundo natural, biodiversidade, sistemas de conhecimento e todas as formas de vida. Isso inclui o respeito pelos conhecimentos, crenças e práticas ancestrais dos Povos Indígenas para proteger nossos ecossistemas e sistemas alimentares, e honrar nossas responsabilidades sagradas para com nossos Povos, famílias e gerações futuras. Devem ser garantidas salvaguardas e proteção dos nossos direitos de propriedade intelectual indígenas. Para garantir essas salvaguardas e proteção, deve ser estabelecido um mecanismo para promover, proteger e preservar os conhecimentos dos Povos

Indígenas, e iniciar um processo para criar uma instituição para a documentação dos conhecimentos dos Povos Indígenas sobre sistemas alimentares, etnomedicina e plantas etnobotânicas.

- 6. Transparência e Responsabilidade:** Uma transição justa deve incluir e refletir a contribuição e a participação efetiva dos Povos Indígenas, incluindo jovens, mulheres, anciãos, detentores de conhecimento, pessoas com deficiência e praticantes ativos dos modos de vida dos Povos Indígenas, abordando os múltiplos níveis de impacto. Isso inclui a oportunidade para negociações ativas e eficazes, com base no consentimento livre, prévio e informado em relação a todos os projetos, desde o design até a implementação, monitoramento e avaliação, em e afetando as terras, territórios, recursos e águas dos Povos Indígenas. Uma transição justa não pode se basear em soluções falsas, como comércio de carbono ou compensações. Deve garantir total transparência e responsabilidade nas fontes de financiamento, bem como garantir o envolvimento direto com os Povos Indígenas. A responsabilidade deve ser estabelecida com base em evidências e na participação efetiva dos Povos Indígenas.
- 7. Reparações Históricas:** Uma transição justa deve garantir reparações históricas (econômicas e não econômicas) pelos danos causados, seguindo os padrões estabelecidos pelos tribunais e órgãos de direitos humanos, e conforme determinado pelas nações e povos indígenas pré-existentes ao exigir essas reparações.
- 8. Proteção Total dos Povos Indígenas:** Pôr fim à criminalização dos defensores dos direitos humanos, dos direitos ambientais e dos praticantes culturais dos Povos Indígenas, incluindo, mas não se limitando a execuções extrajudiciais, tortura, prisões, vigilância e outras ameaças de assédio, intimidação e represálias com impunidade, incluindo a militarização e policiamento dos territórios dos Povos Indígenas. Aqueles que se envolvem nesses atos devem ser responsabilizados.
- 9. Reconhecimento dos Papéis e Responsabilidades dos Povos Indígenas:** A transição justa deve ser baseada no reconhecimento de nosso papel e responsabilidade como guardiões, administradores e protetores de nossas terras tradicionais, pastagens, florestas, desertos, savanas, águas, ar, geleiras/neve, territórios e recursos, nossas leis e protocolos indígenas, e as relações espirituais, culturais, históricas e contínuas que temos com as plantas, animais, elementos, terras, gelos e águas que nos dão vida e identidade.
- 10. Manutenção de 1,5 Graus:** Uma transição justa deve contribuir para a redução, prevenção ou mitigação real das mudanças climáticas, com base em um caminho

para manter um aumento de temperatura de no máximo 1,5 grau, e incluir acesso direto ao financiamento para os próprios projetos dos Povos Indígenas voltados para a prevenção e mitigação das mudanças climáticas, adaptação, resiliência e pagamentos diretos por perdas e danos.

**11. Abordagem Baseada em Direitos nas Cadeias de Suprimento:** Os projetos e atividades de transição justa em toda a cadeia de suprimento não devem causar danos aos Povos Indígenas, a outros povos, ecossistemas ou locais sagrados. Isso inclui avaliar os impactos de toda a cadeia de suprimentos (desde as matérias-primas até os projetos finais e resíduos). Isso inclui rejeitar soluções falsas, como o comércio de carbono ou compensações de carbono, quando esses esquemas de mercado trocam benefícios para um povo em detrimento das terras, territórios e recursos de outro. Os atores estatais e privados também devem garantir total transparência em relação às fontes de financiamento e investidores nesses projetos, bem como os retornos financeiros esperados para os investidores, financiadores e organizações intermediárias.

#### **IV. COMPROMISSOS PARA AÇÕES E IMPLEMENTAÇÃO**

- 1.** Iniciaremos processos para que nossos próprios Povos exerçam nosso direito ao desenvolvimento, definindo por nós mesmos nossa visão e prioridades de desenvolvimento, incluindo a proteção daquilo que consideramos essencial para nossa sobrevivência e bem-estar, não em reação aos sistemas coloniais ou limitados pelas prioridades e práticas deles, mas enraizados em nossas próprias visões de mundo, valores, modos de subsistência, práticas e princípios baseados em nossas leis naturais/instruções originais para honrar e proteger o sagrado.
- 2.** Difundiremos, promoveremos e defenderemos esses princípios e protocolos e os utilizaremos em nossos esforços de educação, formação e defesa de direitos, incluindo, mas não se limitando a, com as respectivas nações, governos, organizações, comunidades, conselhos, grupos de trabalho, membros, formuladores de políticas, corporações/empresas e órgãos internacionais, mecanismos, procedimentos especiais e fóruns dos Povos Indígenas, em todas as línguas indígenas.
- 3.** Continuaremos a nos engajar/desafiar as regulamentações, padrões, leis, políticas e ações locais, nacionais, estaduais, provinciais, federais e internacionais que simplificam os projetos de energia “verde/limpa” que ignoram nosso consentimento livre, prévio e informado e os processos de revisão socioambiental e cultural, para “acelerar” tais projetos em nome do interesse público ou nacional.

4. Nos manteremos em solidariedade uns com os outros para nos opor à imposição de projetos de energia renovável "verde" sobre ou impactando nossas terras, águas, gelo e territórios que nossos Povos consideram prejudiciais e que violam nossos direitos. Reconhecemos que a tecnologia de energia renovável - vento, solar e baterias de microgrids - requer metais e minerais extraídos em outras comunidades. Desejamos uma cadeia de fornecimento que respeite a autoridade de tomada de decisão dos Povos Indígenas e o consentimento livre, prévio e informado (e de boa fé) em todas as etapas. Não apoiamos a energia nuclear sob nenhuma circunstância.
5. Chamaremos pela implementação de uma abordagem ecossistêmica, ao invés de distinções falsas como “desenvolvido/em desenvolvimento”, incluindo avaliações abrangentes de impacto que reconheçam os direitos ambientais, sociais, culturais, econômicos e humanos para todos os projetos propostos, incorporando o conhecimento e a expertise dos Povos Indígenas.
6. Continuaremos a exigir que os defensores dos direitos indígenas, humanos, ambientais e das terras sejam protegidos e salvaguardados e que a criminalização deles cesse, incluindo aqueles que estão protegendo suas terras natais contra a imposição de projetos de “energia verde” e o desenvolvimento de infraestrutura relacionada, como fábricas, estradas, minas, gasodutos, etc. Exigimos também a proteção de mulheres indígenas, meninas e mulheres com deficiência, contra qualquer forma de discriminação e violência sexual e ambiental associada às indústrias extrativas, “verdes” ou não. Protegeremos nossos Povos do trabalho forçado e da servidão contratada em todas as suas formas.
7. Consideraremos o uso de órgãos internacionais de direitos humanos e mecanismos nacionais, internacionais e regionais, incluindo grupos de trabalho da ONU, Órgãos de Tratado, Procedimentos Especiais, entre outros, para apresentar queixas urgentes a fim de interromper as ações dos Estados e as violações de direitos.
8. Em conformidade com o Artigo 10 da UNDRIP, os Povos Indígenas têm tolerância zero em relação a qualquer despejo forçado, deslocamento, realocação, desapropriação e expulsão, em nome de qualquer desenvolvimento, incluindo projetos de “transição verde” e a criação de “áreas protegidas”, e precisam formular um modelo de desenvolvimento que não crie deslocamento.
9. Exigimos que todos os exercícios de mapeamento de minerais de transição e os impactos sociais, ambientais e de direitos humanos sejam conduzidos por meio de procedimentos de devida diligência. As informações devem ser acessíveis livremente sobre a existência desses minerais encontrados em nossas terras, territórios e águas.
10. Exigimos que empresas, governos, mecanismos financeiros, setor privado, e todas as partes responsáveis, assumam total responsabilidade e ação pelos danos, perda de

patrimônio cultural e outros impactos adversos das atividades de mineração sobre os seres humanos, biodiversidade, terras ancestrais, práticas culturais e espirituais, territórios e águas.

*Adotado por acordo unânime dos Participantes do Encontro em 10 de outubro de 2024, Genebra, Suíça. Este documento será revisado em doze meses, pelas sete regiões socioculturais.*

## Anexo

### **Comitê Global de Coordenação dos Povos Indígenas (IPGCC):**

SIRGE Coalition; International Indian Treaty Council (IITC); Asia Indigenous Peoples Pact (AIPP); Saami Council; Inuit Circumpolar Council (ICC); PINGO's Forum; He Kainga Indigenous Solutions, Aotearoa; Coordinadora de las Organizaciones Indígenas de la Cuenca Amazónica (COICA); Association Des Femmes Peules & Peuples Autochtones Du Tchad (AFPAT); Nyungar Nation; United Confederation of Taino People (UCTP); Center for Support of Indigenous Peoples of the North (CSIPN).

### **Organizações e Nações Participantes:**

(Nomes em inglês e línguas originais)

SIRGE Coalition; International Indian Treaty Council (IITC); Asia Indigenous Peoples Pact (AIPP); Saami Council; Inuit Circumpolar Council (ICC); PINGO's Forum; He Kainga Indigenous Solutions, Aotearoa; Coordinadora de las Organizaciones Indígenas de la Cuenca Amazónica (COICA); Association Des Femmes Peules & Peuples Autochtones Du Tchad (AFPAT); Nyungar Nation; United Confederation of Taino People (UCTP); Batani Foundation; Cultural Survival; Beaver Lake Cree Nation; Laguna Acoma Coalition for a Safe Environment; Tooh' Diné Bi Keyah; Camp Morningstar; Pit River Nation; Yaqui Nation Traditional Authorities, Vicam Pueblo; Comunidad Indígena Colla Comuna de Copiapó; Saami Parliament, Norway; Youth Council in Saami Parliament, Norway; NDN Collective; Parlamento de Naciones, Pueblos y Comunidades Indígenas de Jujuy; Ton-kla Indigenous Children and Youth Network; Marka Tahua Aranzaya Maranzaya Yonza; Central Unica Nacional de las Rondas Campesinas del Perú CUNARC-PERÚ; Centro de Investigacion de Tecnologías Aplicadas al Qullasuyu (CITAQ); Observatorio de Derechos de los Pueblos Indígenas-UMSA; Center for Support of Indigenous Peoples of the North (CSIPN); Centro de Estudios e Investigaciones Comunidad de Historia Mapuche; Comunidad de Historia Mapuche Lof Boroa, Ecuador Runacanapac Tandanacui; Consejo General Kuna de Panama; Tsehay Golgota Community Development Organization - Ethiopia; Acal El Hejeb / Indigenous Amazigh Network AZUL - Morocco; MBOSCUDA - Cameroon; PIDP - Shirika la Bambuti - DRC; Lmartin People Association- Kenya; Association Repare Promotion de l'éducation et Accès aux Soins des Filles et Femmes - Burkina Faso; Association TUNFA - Niger; Unissons nous pour la promotion des Batwa (UNIPROBA) - Burundi; Family Support Centre - Botswana; *Kanawayandan Daaki* – Land, Air, Water, Spirit; Tonkla Indigenous Children and Youth Network (TKN); Torang Trust; Aliansi Masyarakat Adat Nusantara (AMAN); Tobpinai Ningkokoton Koburuon Kampu (TONIBUNG); Sarawak Dayak Iban Association (SADIA); Promotion of Indigenous and Nature Together (POINT); Nepal Federation of Indigenous Nationalities (NEFIN); National Indigenous Disabled Women Association-Nepal (NIDWAN); ICCA Southeast Asia; Pgayenkaw Association for Sustainable Development (PASD); International Work Group for Indigenous Affairs (IWGIA); Earthworks; Society for Threatened Peoples; DOCIP.

### **(Nomes em português)**

Coalizão SIRGE; Conselho Internacional do Tratado Indígena (IITC); Pacto dos Povos Indígenas da Ásia (AIPP); Conselho Saami; Conselho Circumpolar Inuit (ICC); Fórum PINGO's; He Kainga Soluções Indígenas, Aotearoa; Coordenadora de Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (COICA); Associação de Mulheres Peules & Povos Indígenas do Chade (AFPAT); Nação Nyungar; Confederação Unida do Povo Taíno (UCTP); Fundação Batani; Cultural Survival; Nação Beaver Lake Cree; Coalizão Laguna Acoma para um Ambiente Seguro; Tooh' Diné Bi Keyah; Camp Morningstar; Nação Pit River; Autoridades Tradicionais da Nação Yaqui, Vicam Pueblo; Comunidad Indígena Colla Comuna de Copiapó; Parlamento Saami, Noruega; Conselho de Jovens do Parlamento Saami, Noruega; Coletivo NDN; Parlamento de Nações, Povos e Comunidades Indígenas de Jujuy; Rede Ton-kla de Crianças e Jovens Indígenas; Marka Tahua Aranzaya Maranzaya Yonza; Central Única Nacional de Rondas Camponesas do Peru (CUNARC-PERÚ); Centro de Investigação de Tecnologias Aplicadas ao Qullasuyu (CITAQ); Observatório de Direitos dos Povos Indígenas-UMSA; Centro de Apoio aos Povos Indígenas do Norte (CSIPN); Centro de Estudos e Investigações da Comunidade de História Mapuche; Comunidade de História Mapuche Lof Boroa; Ecuador Runacanapac Tandanacui; Conselho Geral Kuna do Panamá; Organização de Desenvolvimento Comunitário Tsehay Golgota - Etiópia; Acal El Hejeb / Rede Amazigh Indígena AZUL - Marrocos; MBOSCUDA - Camarões; PIDP - Shirika la Bambuti - RDC; Associação do Povo Lmartin - Quênia; Associação Repare Promoção da Educação e Acesso aos Cuidados de Meninas e Mulheres - Burkina Faso; Associação TUNFA - Níger; Unamo-nos para a promoção dos Batwa (UNIPROBA) - Burundi; Centro de Apoio à Família - Botsuana; Kanawayandan Daaki – Terra, Ar, Água, Espírito; Rede Tonkla de Crianças e Jovens Indígenas (TKN); Torang Trust; Aliança dos Povos Indígenas do Arquipélago Nusantara (AMAN); Tobpinai Ningkokoton Koburuon Kampu (TONIBUNG); Associação Iban Dayak de Sarawak (SADIA); Promoção dos Indígenas e da Natureza Juntos (POINT); Federação Nepalense de Nacionalidades Indígenas (NEFIN); Associação Nacional de Mulheres Indígenas com Deficiência do Nepal (NIDWAN); ICCA Sudeste Asiático; Associação Pgayenkaw para o Desenvolvimento Sustentável (PASD); Grupo Internacional de Trabalho para Assuntos Indígenas (IWGIA); Earthworks; Sociedade para Povos Ameaçados; DOCIP.

## Glossário de Termos

Por **Terras, Territórios, Recursos e Águas**, referimo-nos à totalidade dos ecossistemas interconectados que englobam, mas não se limitam a, savanas, pastagens, pradarias, montanhas, lagoas, desertos, desertos de altitude, ilhas, rios, lagos, oceanos, riachos, nascentes, ar, geleiras, gelo, florestas e o subsolo. Esses elementos formam uma teia holística da vida, sustentando a biodiversidade, culturas humanas e inúmeras formas de vida, ao mesmo tempo em que servem como fontes críticas de sustento, meios de vida, conexão espiritual e equilíbrio ecológico. É através desses ecossistemas que a vida prospera, as comunidades se enraízam e as gerações futuras herdam os legados do passado.

As **sete regiões socioculturais dos Povos Indígenas** geralmente se referem a zonas geográficas e culturais distintas, reconhecidas globalmente por suas populações indígenas únicas. Essas regiões são definidas com base em características culturais, históricas, linguísticas e ecológicas compartilhadas, e incluem: África; Ártico; Ásia; América Central e do Sul e o Caribe; Europa Oriental, Federação Russa, Ásia Central e Transcaucásia; América do Norte; e o Pacífico. Essas regiões socioculturais destacam a diversidade e resiliência dos Povos Indígenas, cada um com modos de vida, línguas e práticas culturais distintos profundamente conectados aos seus ambientes.

**Colonialismo Verde** refere-se a todos os quadros, existentes e emergentes, relacionados à adaptação às mudanças climáticas e mitigação que continuam a perpetuar violações de direitos e soluções falsas. Estes incluem, mas não se limitam a “energia verde/limpa”, desenvolvimento de uma “economia verde”, transição energética, transição justa, projetos de energia “alternativa”, incluindo, mas não se limitando a, projetos de captura de carbono, parques eólicos industriais, energia solar, mega-barragens, energia nuclear, introdução de espécies invasivas, desenvolvimento geotérmico, e o "lavagem verde" da redução de emissões com injeção de carbono, e a criação de “áreas protegidas”.

**Neoliberalismo** é uma ideologia política e econômica que promove mercados livres, desregulamentação, privatização e intervenção mínima do governo, muitas vezes enquadrada como um meio de aumentar a eficiência e a liberdade individual. No entanto, o neoliberalismo prioriza os interesses corporativos e o lucro em detrimento do bem-estar social, aprofundando a desigualdade e erodindo os serviços públicos. Isso muitas vezes leva à mercantilização de serviços essenciais (como saúde, educação e água) e reduz o papel do estado na abordagem da pobreza, degradação ambiental e na proteção dos Povos Indígenas e trabalhadores. As políticas neoliberais têm sido criticadas por fomentar a exploração, enfraquecer os direitos trabalhistas e exacerbar as disparidades de riqueza globalmente.